
**UM ESTUDO REGIONAL:
ALGUNS ASPECTOS DO PERFIL DA ELITE
POLÍTICA ORLÂNDINA (2005-2016)**

Bruno Cesar Pereira¹

Alexandra Lourenço²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo traçar o perfil dos parlamentares da cidade de Orlandia-SP entre as legislaturas de 2005-2016 e analisá-los como representativo do funcionamento do sistema democrático vivenciado no município. Buscaremos ao longo deste ensaio identificar os principais atributos adstritos (gênero, idade e naturalidade) e aperfeiçoados (estado civil, nível de escolaridade e ocupação) desta elite política. As fontes para a realização deste ensaio foram as fichas dos parlamentares que se encontram disponíveis para consulta na plataforma do Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo (SEADE), bem como os dados do município presentes na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras-chave

Elite política;
Legislativo;
Orlândia - SP;
Atributos adstritos;
Atributos aperfeiçoados.

NOTES ON THE THINKING OF BOBBIO REGARDING THE STATE

Abstract

This work aims to outline the profile of parliamentarians in the city of Orlandia-SP between the 2005-2016 legislatures and to analyze them as representative of the functioning of the democratic system experienced in the municipality. Throughout this essay we will seek to identify the main attributes attached (gender, age and place of birth) and improved (marital status, level of education and occupation) of this political elite. The sources for carrying out this essay were the files of the parliamentarians that are available for consultation on the platform of the São Paulo State Data Analysis System, as well as the data from the municipality present on the platform of the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords

*Political elites;
Legislative;
Orlândia - SP;
Innate attributes;
Enhanced attributes.*

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, Campus Irati. Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da mesma Instituição. E-mail: bruno_o8cesar@outlook.com.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa (2012). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGH-Unicentro). E-mail: alels1@hotmail.com.

Introdução

Neste artigo analisamos três legislaturas entre 2005 e 2016 na cidade de Orlandia-SP. Buscamos compreender o grau de democratização das eleições para o Poder Legislativo no município a partir da análise do perfil dos vereadores e vereadoras eleitos.

Na construção dos perfis, consideramos os atributos *adstritos* (gênero, idade e naturalidade) e *aperfeiçoados* (estado civil, nível de escolaridade e ocupação) pois “os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 10). Utilizamos como fontes principais deste estudo as fichas parlamentares dos vereadores e vereadoras eleitas, que se encontram disponíveis na plataforma do Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo (SEADE).

O município abordado nesta pesquisa encontra-se na região metropolitana da cidade de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, região que incorpora o chamado “mar de cana”³. Esta localidade, foi elevada a cidade pelo decreto estadual nº 1181 de 25 de março de 1909, atualmente o município possui pouco mais de 43 mil habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Orlândia, assim como outros municípios brasileiros reflete a desigualdade econômica e de *status* entre os cidadãos e grupos que formam a sociedade brasileira⁴ e ainda que não possamos afirmar que essa forma de desigualdade determine as relações no espaço político e/ou mesmo o perfil da elite política, também não podemos descartar a relação existente entre essas esferas. Portanto, esse estudo se orienta pelas teorias sobre a formação e escolha das elites políticas, as quais serão sucintamente abordadas nesta investigação, e, mais especificamente, nos estudos regionais.

Analisaremos os 33 mandatos da Câmara Municipal de Orlandia distribuídas da seguinte forma: 12 entre 2005-2008, 12 em 2009-2012 e 9 vagas entre 2012-2016, sendo que os 33 mandatos foram exercidos por 24 políticos, devido a taxa de reeleição. A partir da mensuração e análise dos dados relativos à elite política legislativa orlandina, procuramos apresentar quem era essa elite e como ela reflete ou não a sociedade de Orlandia. Então, após a análise de cada legislatura buscou-se construir um panorama geral desta elite política presente nas três legislaturas aqui investigadas.⁵ Contudo, antes de prosseguirmos neste estudo de caso, iremos

³ O “mar de cana”, corresponde a região metropolitana de Ribeirão Preto, a qual engloba cerca de 25 cidades. Em meados dos anos 2000 esta região possuía uma área de 384.758 hectares de cana-de-açúcar e era responsável pela produção de mais de 30% de todo álcool e açúcar produzidos no país (SILVA, 2005).

⁴ A literatura aponta para uma melhor distribuição da riqueza no país, entre os anos de 2005 e 2015, todavia, as desigualdades continuaram a ser significativas (CAMPELLO, 2018).

⁵ As análises sempre partiram do número de cadeiras ocupadas em cada um dos mandatos (12, 12 e 9), neste sentido buscou-se o número total, ou seja, o número de cadeiras disponíveis juntas (33) como o todo (100%), ignorando a taxa de reeleição. Assim, a quantificação dos dados considera o valor de cadeiras disponíveis como total e não o número de sujeitos que as ocuparam (24).

retomar o debate clássico sobre quem são as elites políticas e por que de estudá-las.

O que são elites políticas e por que estudá-las?

Segundo Albertoni (1990), o conceito de elite política se baseia em uma minoria politicamente ativa que controla os processos de tomada de decisão política. Mais precisamente, a elite política foi metodologicamente identificada como o conjunto dos atores que ocupam os cargos políticos na estrutura do Estado.

Em uma conceituação ampla, o termo elite se refere à minoria que detém o prestígio e o domínio sobre um grupo social. O termo foi largamente discutido nas obras clássicas dos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e do alemão Robert Michels, entre o final do século XIX e início do século XX. A busca da definição do conceito de elites e de não elites conduziu esses autores à elaboração do que ficou conhecido como a teoria das elites.⁶

Esses autores defendiam uma compreensão da sociedade que se baseava na apreciação da realidade dos fatos, e não na sua idealização. Isso lhes permitiu analisar o desenvolvimento histórico das sociedades e formular uma lei geral da sua organização política na qual afirmaram que toda sociedade possui inevitavelmente uma minoria que domina e uma maioria dominada. Ao buscarem comprovar esta tese de forma científica, estes autores construíram os pilares da teoria das elites e delimitaram inicialmente um objeto de pesquisa (as minorias governantes) que seria a partir de seus estudos consagrados como um dos importantes temas da ciência política contemporânea (LOURENÇO, 2011).

Todavia, os estudos sobre elites políticas que desenvolveram suas análises ao final do século XIX e início do XX foram paulatinamente enfraquecendo a medida em que os estudos sobre elites não ocuparam um lugar de destaque na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos estudos marxistas⁷ que defendiam não fazer sentido trazer as elites políticas para o centro do debate (POULANTZAS, 1982; THERBORN, 1989). Estas investigações defendiam a tese “que as questões centrais para o pesquisador de orientação marxista devem ser: que relações sociais o Estado reproduz? e com que fins? e não quem governa?, quem decide?, quem influencia? etc.” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 8).

⁶ Sobre esse tema conferir as obras *As Elites políticas: questões de teoria e método* (PERISSINOTTO, 2009) e *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná* (PERISSINOTTO; CODATO, 2007). A primeira, de um modo geral permite a seus leitores conhecer a complexidade das discussões do campo da ciência política, dedicando alguns capítulos a analisar os principais conceitos e debates dos clássicos autores do final do século XIX e ao longo do século XX, entre os principais autores citados na obra estão Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels, Charles Wright Mills. Já a segunda obra, possui como foco estudos empíricos sobre as elites políticas no estado do Paraná a partir da coleta e análises de dados sobre a sociedade paranaense, bem como sobre os indivíduos que compunham a elite política paranaense, em especial esta segunda obra tornou-se referência, no que diz respeito ao método empregado para a realização deste estudo sobre a cidade de Orlandia.

⁷ O estruturalismo marxista não foi a única corrente teórica responsável pelo declínio dos estudos sobre as elites políticas, segundo Perissinotto e Codato, também contribuíram na crítica o “institucionalismo de escolha racional e a Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu” (2008, p. 7).

Neste sentido a importância de se estudar aqueles que governam passou por um processo de declínio por acreditar que estes atores e suas ideias pouco irão interferir no processo de dominação no Estado capitalista. Mas, no decorrer do final do século XX, os estudos sobre as elites voltam a assumir importância e o aumento dos estudos sobre o tema irá gerar aquilo que ficou conhecido como uma agenda de pesquisa. Afinal,

Mesmo que se aceite a afirmação segundo a qual os efeitos das decisões tomadas pela elite política não correspondem às intenções originais dos seus membros - e não é preciso ser adepto do marxismo estruturalista para acatar essa evidência -, ainda assim a natureza da elite (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) podem vir a ser um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos. (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 8)

O que pretendemos afirmar é que não devemos desprezar a importância do perfil e trajetória das elites em suas tomadas de decisão pois, mesmo que não seja possível dizer que eles moldam o mundo segundo suas ideias, também é justo não desprezar os efeitos do perfil das elites na proposição e implementação de políticas públicas e modelos de gestão (MILIBAND, 1970). Então, a pesquisa sobre as elites deve considerar a relação entre, “de um lado, os atributos econômicos, sociais e ideológicos dos decisores e, de outro, a conduta de seus membros frente a determinadas questões específicas deve orientar-se por duas perguntas centrais: quem governa? Com quais consequências?” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p.8).

O perfil do político, mais do que indicar as possíveis preferências político-ideológicas e vinculação a determinados grupos sociais, aponta também para a questão da representatividade pois um legislativo totalmente branco e masculino transmite a mensagem que os não brancos e femininos não podem participar daquele espaço. Então, precisamos nos perguntar “o que tais características explicam? Sem isso, o estudo das elites políticas seria apenas uma descrição adequada do ‘perfil social’ dos seus membros, o que pouco ou nada diz de fato sobre a estrutura e o funcionamento da sociedade em questão” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 11).

Neste contexto, o perfil das elites não pode ser considerado um fim em si mesmo, mas, o ponto de partida para problematização sobre a capacidade representativa deste grupo, para questionar a democratização do sistema de formação e escolha da elite e ainda verificar se ela se aproxima ou se distancia da sociedade que diz representar.

Na teoria democrática contemporânea, formulada por Robert Dahl (2000), um princípio fundamental é a existência de vários grupos de pressão autônomos que conseguem se organizar em associações e defender os seus diferentes interesses. Essa democracia só pode se realizar em uma sociedade pluralista na qual os principais agentes sociais tenham condição de participar da vida política, tanto pela

pressão quanto pelo exercício dos cargos políticos. Por isso, alguns autores⁸ têm questionado o alcance dessa teoria na compreensão da realidade latino-americana, sublinhando que os longos governos de ditadura, aqui vivenciados, marcaram de forma profunda as nossas instituições e que, portanto, será necessário percorrer um longo caminho para que se possa constatar, nessa parte do continente, aquilo que o teórico americano definiu como poliarquia.

A democracia política, chamada por Dahl (2000) de poliarquia, depende expressamente de algumas condições formais para sua existência, ou seja, condições básicas para a existência de um regime politicamente democrático, com eleições livres, voto universal, liberdade de expressão e de associação, além da possibilidade de vigilância e responsabilização daqueles que exercem os cargos públicos eletivos. Todavia, as sociedades nas quais existe muita desigualdade raramente conseguem desenvolver um sistema com condições de efetiva competição para todos os setores da sociedade.

Partindo destas breves considerações acerca das teorias que cercam os estudos sobre as “elites políticas”, propomos ao longo deste ensaio, realizarmos um estudo de caso acerca do perfil da elite política da cidade de Orlândia ao longo de três legislaturas no século XXI. Para isto, a seguir dividiremos a discussão sobre os dados em duas partes. A primeira se destinará a analisar os atributos *adstritos*, que como propõe Keller, “trata-se das características que diferenciam os indivíduos e que são tão poderosas que permanecem continuamente vinculadas a eles” (1967, p. 160). Este ensaio destacará entre estes atributos as questões que se referem a gênero - a porcentagem de homens e mulheres - a idade destes indivíduos, bem como as respectivas naturalidades destes sujeitos que ocuparam as cadeiras do Poder Legislativo no período estudado. A segunda parte se dedicará a analisar os atributos *aperfeiçoados*, que, em síntese, correspondem, nas palavras Perissinotto, Costa e Tribess, aos atributos *adquiridos*, ou seja, “aqueles que podem ser conquistados ou valorizados ao longo da vida, tais como os níveis de escolaridade e a situação social” (2009, p. 281), e ainda, o estado civil desta elite.

Dedicaremos as considerações finais deste texto, para traçarmos um apanhado geral, evidenciando o perfil desta elite política na cidade de Orlândia nas legislaturas consideradas neste estudo e observaremos se a mudança no número de cadeiras desta casa ocorrida a partir da legislatura 2013-2016, influenciou no perfil dos eleitos.

⁸ Sobre essa questão, podemos citar a contribuição para o debate latino-americano realizada por Miguel De Luca sobre a debilidade ou fragilidade das instituições argentinas e que naturalmente servem de paralelo de comparação com a realidade brasileira. Segundo o autor, o recente processo de democratização vivenciado nesta parte do globo carece de tempo para amadurecer e pode aprender rapidamente com seus próprios fracassos. Em pequeno retrocesso histórico o autor nos recorda que até o início dos anos oitenta somente a Colômbia, Costa Rica e Venezuela possuíam presidentes eleitos democraticamente, o restante dos países detinha realidades políticas muito menos democráticas (DE LUCA, 2007).

Atributos *Adstritos*: gênero, faixa etária e naturalidade

Os estudos empíricos que analisam as elites políticas brasileiras nos diferentes tempos históricos, tem indicado a importância de se considerar a formação da elite a partir da categoria gênero (LOURENÇO, 2019). Estes estudos mostram que a participação de homens e mulheres nas casas do poder executivo e legislativo são extremamente desiguais.

Se tratando da elite política presente na cidade de Orlandia, entre as legislaturas analisadas, esta desigualdade salta aos olhos. Nas três legislaturas, entre 2005 e 2016, observamos que apenas três mulheres foram eleitas, representando 9,09% da elite política do Poder legislativo do município⁹.

Tabela 1 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por gênero¹⁰

Gênero	Elite Política por legislatura						Total
	2005-2008		2009-2012		2013-2016		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	%
Homens	12	100	10	83,33	8	88,88	90,90
Mulheres	0	0	2	16,66	1	11,11	9,09

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Segundo o censo do IBGE, de 2010, a distribuição da população por gênero neste município foi de 51% mulheres em contraponto a 49% de homens. Estes dados evidenciam uma grande contradição dentro da Câmara Municipal de Orlandia, no que diz respeito ao contexto social de representatividade de mulheres no poder legislativo da cidade. Chamamos a atenção, ainda, para a configuração do estado de São Paulo que segundo dados da SEADE, o estado em questão, entre as legislaturas de 2003-2014, possuiu apenas 11 mulheres ocupando vagas dos mandatos de 2003-2006, e apenas 10 mulheres em cada uma das legislaturas posteriores, 2006-2010 e 2011-2014. De modo geral a participação de mulheres na Câmara Municipal de cidade de Orlandia (9,09%) é semelhante à média do estado de São Paulo, que foi de apenas 10,9%.

A participação feminina na política brasileira, ao longo dos últimos anos, têm sido um dos principais temas de debates, seja no âmbito acadêmico, seja como pautas de coletivos sociais, como é o caso de coletivos feministas. Segundo Perissinotto, Costa e Tribess (2009, p. 287) ao analisarem este ponto, os pesquisadores evidenciam que “a política de cotas para candidaturas femininas foi implementada no Brasil, na sua forma final, em 1998, quando se aprovou que os partidos deveriam reservar 30% de suas vagas para candidatas mulheres”. Entretanto, o modelo de cotas implementado pode ter maior ou menor sucesso conforme as regras adotadas e a cultura política de cada país.

Como observara os autores, esta medida não faz necessariamente aumentar consideravelmente o número de mulheres eleitas. Segundo Camila Vaz, “para

⁹ Neste estudo consideramos somente os eleitos e não os candidatos.

¹⁰ Todos os valores apresentados em porcentagens (%) ao longo das tabelas deste estudo (Tabela 1 à 9) foram arredondadas para que em sua somatória geral equivalessem a 100%.

cumprir a regra de 30% de candidaturas femininas, partidos registram mulheres que não recebem votos” (2017, s/p.). Nota-se que este fenômeno tem sido observado nas últimas eleições no Brasil.

[...] nas eleições municipais de 2016, 16.131 candidatos não tiveram nem um voto sequer - nem o próprio. De cada dez dos ‘sem-votos’, nove eram mulheres (14.417 candidatas). Os dados foram obtidos graças à ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que já tinha o ‘fenômeno’ sob seu radar e pediu que a justiça eleitoral fizesse o levantamento. A magistrada não teve dúvida de que se tratava de um novo tipo de fraude eleitoral que agrava ainda mais a já escassa representatividade feminina nesta área: são as ‘mulheres-laranja’ da política (VAZ, 2017, s/p.).

Em uma análise específica das candidatas da cidade de Orlândia, nas eleições de 2012, identificamos que o “fenômeno” das candidatas-laranjas, apontado pela autora pode ser observado. Entre as candidatas nesta eleição, identificamos 6 mulheres que não obtiveram nenhum voto, o que indica que nem elas votaram em si mesmas. Essa ausência total de votos tem sido um indício de que a eleição não era efetiva caracterizando possivelmente, uma candidatura laranja.

De modo geral, as medidas atuais, as cotas, não tem demonstrado uma eficiência no que diz respeito a mulheres atuando dentro das assembleias legislativas (como vereadoras, deputadas e senadoras). A obrigação de 30% de candidatas mulheres por listas de partidos não trouxe resultado eficiente no contexto de atuação dentro das assembleias. Em especial dentro do contexto da cidade de Orlândia, isto fica evidente, apenas 3 mulheres foram eleitas ao longo de três legislaturas conforme podemos observar na tabela acima.¹¹

As regras do jogo político ultrapassam as regras formais positivadas e são atravessadas pelas questões de *status* social, de valorização social que cada sociedade constrói entorno de seus integrantes e das representações que incidem sobre as mulheres e os homens, bem como as formações educacionais, as profissões, as raças-etnias, o local de procedência dos candidatos etc. Ou seja, homens podem ser representados como mais aptos para os cargos públicos eletivos em algumas sociedades, assim como pode ser uma vantagem ter um curso superior, ser branco, ser advogado e natural do estado ou cidade na qual disputa um mandato (LOURENÇO, 2011).

A força das representações sociais no processo de escolha dos candidatos tem sido apontada em vários estudos como responsável pela menor participação das mulheres em cargos eletivos (LOURENÇO, 2019). Então, para minimizar a sub-representação das mulheres, as estratégias de discriminação positiva implementadas em vários países têm apresentado bons resultados. Segundo Norris,

¹¹ Outro ponto importante que devemos destacar sobre a participação feminina na Câmara Municipal de Orlândia, é que segundo os registros da própria Câmara, a primeira mulher eleita no município só ocorreu nas eleições de 2004. As eleições para a escolha do poder legislativo ocorrem desde 1911. Já se tratando do poder executivo, o caso fica mais contundente, a primeira mulher eleita, como prefeita do município ocorreu apenas nas eleições de 2012.

As estratégias de discriminação positiva são explicitamente elaboradas para beneficiar mulheres como um estágio temporário até que a paridade de gênero seja atingida nos órgãos legislativos e eletivos. A discriminação positiva inclui três estratégias principais: o uso de vagas reservadas para mulheres estabelecidas pela lei eleitoral; cotas de gênero partidárias controlando a composição das listas de candidatos em todos os partidos em cada país; cotas voluntárias de gênero, usadas nos regulamentos e nas regras que regem os procedimentos de nomeação de candidatos em partidos específicos (NORRIS, 2013, p. 17).

Seria a própria legislação eleitoral que estaria determinando a inclusão e o incentivo à participação das mulheres em cargos eletivos, reservando para elas uma porcentagem de cadeiras não apenas como candidatas nos partidos, mas como eleitas, ou seja, uma porcentagem de assentos que somente elas poderão ocupar no Poder Legislativo.

Por fim, salientamos que foi um traço predominante no perfil das mulheres eleitas, possuírem parentes no cenário político. Isso indica que elas podem ter encontrado na pertença familiar um *locus* privilegiado para o seu recrutamento. O marido da vereadora Leila Maria Maestre Orsi do (Democratas - DEM) já havia sido prefeito e vereador no município. O mesmo podemos verificar no perfil da vereadora Michele Ruffo Ribeiro Junqueira (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), esposa do prefeito de Orlandia nos anos 2000, 2004 e 2016.

Outro atributo analisado foi a faixa etária desta Câmara Municipal. Como observaremos, a maioria desta elite (57,57%) encontra-se na faixa etária de 35 a 65 anos. Encontramos o mais novo parlamentar eleito, com apenas 24 anos, na legislatura de 2013-2016, enquanto o mais velho possuía 62 anos e foi eleito para a legislação de 2009-2012.

Tabela 2 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por faixa etária

Faixa Etária	Elite Política por legislatura						Total
	2005-2008		2009-2012		2013-2016		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
16 a 25 anos	0	0	1	8,33	1	11,11	6,06
26 a 35 anos	3	25	1	8,33	3	33,33	21,21
36 a 45 anos	5	41,66	2	16,66	0	0	21,21
46 a 55 anos	2	16,66	6	50	4	44,44	36,36
56 a 65 anos	2	16,66	2	16,66	1	11,11	15,15

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

A tabela acima, evidencia um ponto interessante em nosso estudo, como podemos observar, entre as três legislaturas houve oscilação no predomínio de um grupo etário na passagem das legislaturas. Se tratando dos indivíduos que possuíam uma faixa etária entre 26-35 anos, no primeiro mandato observamos que estes indivíduos representavam cerca de 25% dos membros do legislativo, enquanto no mandato seguinte observamos uma queda para 8,33%, mas no último mandato estes indivíduos somaram 33,33%.

Sobre a faixa etária de 36-45, constatamos que esta correspondia a maioria na primeira legislatura, mas na última não observamos nenhum indivíduo eleito com

esta faixa etária. Em contraponto, observamos um aumento considerável na faixa etária que corresponde aos 46-55 anos, da primeira legislatura de 16,66% a última de 44,44%, correspondendo a maioria na câmara.

Estes aumentos e quedas nas faixas etárias, podem ser entendidos a partir de dois pontos centrais, o primeiro deles corresponde a reeleição, enquanto o segundo é seu oposto, ou seja, a rotatividade da elite política (novos vereadores). Se tratando do primeiro ponto, a reeleição, entre a primeira e a segunda legislatura observamos a reeleição de 7 vereadores, onde 4 destes migraram de uma faixa etária para outra, fazendo com que ocorressem estas modificações, três destes passaram da faixa etária de 36-45 anos para a de 46-55 anos, ocasionando, em parte, o aumento de indivíduos nesta faixa etária, por fim um deste passou para faixa 56-65 anos.

Mas a reeleição não foi o único ponto que provocou estas variações na faixa etária, se tratando da legislatura 2005-2008, havia apenas 2 reeleitos, já na seguinte observamos 7, mas novamente existe uma queda considerável na última, 2013-2016, onde apenas dois vereadores se reelegeram. Esta rotatividade da elite política contribui de forma significativa nestas variações. Nota-se que ao longo desta pesquisa que apenas um terço desta elite foi composta por reeleitos.¹²

Por fim, o último atributo adstrito o qual analisaremos, trata-se da naturalidade dos eleitos. Como observaremos na Tabela 3, ao longo de 2005-2016, a porcentagem de candidatos/as eleitos/as na cidade de Orlandia que eram naturais deste município, foi 60,60%. Enquanto os não-naturais correspondiam a média de 39,39%.

Tabela 3 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por naturalidade

Naturalidade	Elite Política por legislatura						Total
	2005-2008		2009-2012		2013-2016		
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
Natural	7	58,33	7	58,33	6	66,66	60,60
Não-natural	5	41,66	5	41,66	3	33,33	39,39

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Ao observarmos as frequências dos eleitos/as evidenciamos que a diferença entre naturais e não naturais fora relativamente pequena. Sobre os não naturais, observamos que eram provenientes de outros municípios do estado de São Paulo, mais especificamente da microrregião de Orlandia, a região metropolitana de Ribeirão Preto. Nota-se que dos cinco não-naturais eleitos para a legislatura de 2005-2008, 3 destes pertencem a microrregião (sendo 1 de Ipuã, 1 de Guará e 1 de

¹² Todavia, alguns trabalhos do campo das Ciências Políticas evidenciam que um ponto central na escolha dos indivíduos a candidatos e futuros eleitos no poder legislativo, a âmbito municipal, estadual e federal, se dá pela escolha de indivíduos que já ocuparam uma cadeira neste poder. Se tratando da cidade de Orlandia, em um estudo um pouco mais amplo, ou seja, analisando as legislações de 2001 a atual de 2017, identificamos uma média por legislação de: 1 indivíduo que ocupou a cadeira como vereador por 4 mandatos, 1 indivíduo que ocupou por 3 mandatos e 8 indivíduos que ocuparam por 2 mandatos ao longo deste período, não necessariamente reeleitos consecutivamente entre as legislaturas.

Ribeirão Preto), 1 natural de São Paulo (capital) e apenas 1 havia nascido fora do Estado de São Paulo, no município de Valença do Piauí, no estado do Piauí.

Está mesma configuração pode ser observada na segunda legislatura. Dos 5 candidatos não naturais, 3 haviam nascido na microrregião (1 de Ribeirão Preto, 1 de Guará [reeleito], 1 de Ituverava) e 1 candidato era da região oeste de São Paulo (Pirassununga). Novamente, somente 1 político (reeleito) havia nascido em Valença do Piauí, fora do estado de São Paulo. Por fim, já na última legislatura analisada apenas um candidato não pertence ao estado ou a microrregião, sendo natural do estado de Goiás (Pirenópolis-GO), enquanto os demais, 1 pertence a microrregião (Ituverava) e outro é natural da região central do estado (Igarapava).

Desta forma, nota-se que dos 13 vereadores não-naturais eleitos, 84,61% eram provenientes do estado de São Paulo, portanto, mesmo não sendo recrutados entre os naturais de Orlândia, permaneciam na abrangência da unidade federativa, enquanto não-naturais procedentes de outros estados representavam apenas 15,38%.

Em pesquisas recentes sobre a composição social da cidade de Orlândia, podemos observar que este município ao longo das décadas finais do século XX e início do século XXI, recebeu um grande fluxo de migrantes da região Nordeste do país (PEREIRA; LOURENÇO, 2018; PEREIRA; SCHÖRNER, 2020 e PEREIRA, 2020). Tratando especificamente do período de interesse desta investigação (primeira e segunda década do século XXI), a população de Orlândia no início dos anos 2000 era pouco mais de 35 mil habitantes e, no final desta década, segundo o censo de 2010 a população já ultrapassava os 40 mil habitantes.

Partindo dos dados da plataforma SEADE, acerca do número de votos válidos na cidade, podemos observar um aumento de mais de 8 mil votantes entre as eleições de 2000 e 2012. Este aumento pode advir de dois processos. O primeiro relaciona-se a migração e o segundo corresponde aos sujeitos que atingiram a idade para exercer o direito ao voto. Contudo, levando em conta a participação de novos sujeitos no processo eleitoral, sobretudo os migrantes nordestinos que têm migrado para esta região desde fins da década de 1970, mesmo com este grande fluxo de migrantes presentes na cidade de Orlândia, podemos observar que o espaço da política letiva ainda se mantém relativamente fechado. Nas três legislaturas analisadas, apenas um candidato da região Nordeste do país ocupou uma das cadeiras do poder legislativo durante dois mandatos entre os anos 2005 e 2012¹³.

A representatividade presente no Poder Legislativo no município de Orlândia parece estar restrita a um grupo bem específico. Entre as legislaturas de 2015-2016, as cadeiras da Câmara Municipal de Orlândia, foram ocupadas em sua maioria por homens (99,90%), que possuíam uma faixa etária entre os 36-55 anos (57,57%) e naturais do município (60,60%)¹⁴.

¹³ Se ampliarmos ainda mais, analisando de 1996-2017, a proporção de indivíduos oriundos do Nordeste se mantém. Ver: SEADE, 1996-2017.

¹⁴ Se analisarmos os naturais do estado de São Paulo, o perfil fica ainda mais limitado em termos de capacidade de representatividade dos migrantes, pois entre as legislaturas de 2005-2016 o percentual de naturais do estado paulista foi de 90,90%.

Atributos *aperfeiçoados/adquiridos*: estado civil, escolaridade e ocupações

Este tópico visa discutir os atributos *aperfeiçoados*, ou *adquiridos* da elite política orlandina. Em especial, dentro desta parte do texto selecionamos alguns aspectos desta elite, como o estado civil, o nível de escolaridade e por fim, o tipo de ocupação destes indivíduos.

Pesquisas no campo das Ciências Políticas destacam a importância dos atributos *adquiridos* como principal ponto para se compreender o recrutamento político, seja no poder executivo ou no legislativo, em nível municipal, estadual ou federal (PERISSINOTTO; COSTA, 2007). A seguir analisaremos os dados sobre o estado civil da elite política do Poder Legislativo no município de Orlandia, no recorte temporal adotado neste estudo.

Tabela 4 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por estado civil

Estado Civil	Elite Política por legislatura						Total
	2005-2008		2009-2012		2013-2016		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Casado	11	91,66	11	91,66	9	100	93,93
Solteiro	1	8,33	1	8,33	0	0	6,06

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Como podemos observar na tabela acima, entre os indivíduos que compuseram a elite política de Orlandia entre as legislaturas de 2005-2016, identificamos apenas dois grupos, os casados e solteiros. Existe uma grande discrepância entre estes grupos. Nota-se que dentro do período deste estudo, constatamos apenas um indivíduo solteiro nas legislaturas de 2005-2008 e 2009-2012. Outrossim estes números correspondem a apenas um indivíduo, ou seja, um candidato eleito em 2004 e reeleito em 2008.

De maneira geral, o grupo de casados correspondeu a grande maioria dentro de nosso período com 93,93%, enquanto o grupo solteiro representou apenas 6,06%. Esta preferência por candidatos casados no município de Orlandia fica ainda mais saliente quando consideramos todos os candidatos de uma legislatura e não apenas os eleitos. Nas eleições para o Poder Legislativo em 2012, dos 92 candidatos/as a vereadores/as observamos que 62 eram casados/as, enquanto 25 se identificaram como solteiro/a e 5 como divorciado/as. Em porcentagens, o número de casados recrutados pelos partidos políticos para pleitear uma cadeira no legislativo foi de 67,39%, enquanto os demais correspondiam a 27,17% solteiros e 5,43% divorciados.

Também, analisando uma das principais coligações desta eleição, que corresponde a dois dos principais partidos do pleito¹⁵, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), observamos que dos 11 candidatos/as desta coligação, o percentual de casados/as foi de 72,72% enquanto

¹⁵ A Coligação em questão, PSDB e PTB nas eleições de 2012, arrecadaram cerca de 22,38% dos votos válidos, conseguindo ocupar 4 das 9 cadeiras do legislativo. A segunda coligação, composta por PDT (Partido do Trabalhador), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PPL (Partido Pátria Livre), tiveram cerca de 31,99% dos votos válidos, conseguindo o mesmo número de cadeiras (4) (SEADE, 2012).

de solteiros/as foi de 27,27%. Esta análise, sobre o estado civil dos indivíduos, nos ajuda a compreender melhor, não somente o perfil desta elite, mas também os atributos que os partidos valorizaram no recrutamento desta.

Segundo Perissinotto e Costa (2007), outro ponto que salta aos olhos nas análises sobre as elites políticas e o processo de recrutamento dos partidos está ligado as questões dos níveis de escolaridade. Conforme os autores “inúmeros estudos sobre elites políticas apontam para a educação como um dos mais importantes requisitos para se ter acesso aos postos de comando em uma sociedade” (PERISSINOTTO; COSTA, 2007, p. 77).¹⁶

No contexto de nossa pesquisa a questão do nível de escolaridade também se torna um atributo importante na configuração do perfil desta elite política.

Tabela 5 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por escolaridade

Nível de Escolaridade ¹⁷	Elite Política por legislatura						Total
	2005-2008		2009-2012		2013-2016		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	%
Baixa	1	8,33	1	8,33	1	11,11	9,09
Média	3	25	4	33,33	2	22,22	27,27
Alta	8	66,66	7	58,33	6	66,66	63,63
Total	12	100	12	100	9	100	100

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Podemos observar na tabela 5, que a maioria dos indivíduos que ocuparam as cadeiras da Câmara Municipal de Orlandia no período estudado possuía um nível de escolaridade alto, ou seja, possuíam ensino superior completo ou incompleto. Esta margem se manteve nas três legislaturas analisadas.

Todavia, destacamos mais uma diferenciação entre a elite política orlandina e a sociedade mais ampla na qual ela está inserida. Segundo dados do censo do IBGE de 2010, apenas 13,55% maiores de 18 anos possuía ensino superior (completo ou incompleto), enquanto a maioria da população enquadra-se no nível de escolaridade média, 48,60%. O levantamento destes dados, referentes ao nível de escolaridade, se relaciona com outro ponto importante desta pesquisa, o tipo de ocupação dos indivíduos que compunham esta elite política.

A elite política, nas legislaturas aqui estudadas, possuía uma grande variação no que diz respeito aos tipos de ocupações. Todavia, o ponto que une esta elite, se deu a partir da questão de escolaridade, ou seja, a grande maioria desta elite

¹⁶ A exemplo de alguns destes estudos, Perissinotto e Costa (2007), citam o trabalho de Joseph Love (1982), que analisa a elite política paulista durante a Primeira república; outro estudo destacado é de Carvalho (2003) que evidencia os atributos educacionais das elites políticas imperiais; e por fim os autores ainda citam o trabalho de Fleischer (1980) sobre a importância da educação nos recrutamentos políticos entre 1946-1967.

¹⁷ A respeito da distribuição de níveis de escolaridade, devemos compreender como nível baixo: indivíduos que concluíram ou não o ensino básico e fundamental; como nível médio: indivíduos que concluíram ou não o ensino médio; e como nível alto: indivíduos que concluíram ou não o ensino superior, assim como aqueles que possuem especialização, mestrado ou doutorado.

possuía curso superior e atuavam em suas respectivas áreas. A distribuição das ocupações dos vereadores/as pode ser observada na tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição da elite política do município de Orlandia-SP por tipo de ocupação na legislatura de 2005-20016

Tipos de ocupação ¹⁸	Frequência	%
Pecuarista	1	4,16
Servidor Público Municipal	3	12,5
Advogado	2	8,33
Engenheiro	2	8,33
Comerciante	2	8,33
Contador	2	8,33
Vigilante	1	4,16
Agricultor	1	4,16
Professor	1	4,16
Administrador	2	8,33
Médico	2	8,33
Bancário	1	4,16
Dona de Casa	1	4,16
Empresário	1	4,16
Outros	2	8,33

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Como podemos analisar na tabela acima, existe uma grande variedade no que diz respeito as ocupações desta elite política. Todavia devemos nos focar em alguns pontos específicos, como por exemplo as profissões que possuem um curso superior, são elas: advogado/a, médico/a, professor/a, engenheiro/a, contador/a e administrador/a, e ainda incluímos a vereadora Maria Bernadete de Abreu Pereira Vianna, que preencheu sua ocupação com “outros” mas afirmou possuir o ensino superior completo. Estas ocupações juntas representaram em proporções 50% da elite política, nas legislaturas analisadas.

Outro ponto a ser destacado trata-se frequência por ocupação, como observamos na tabela acima, a ocupação que se destacou ao longo do período estudado foi a de Servidor Público Municipal, que representou 16% do grupo dos eleitos. Ainda, é interessante observar, que entre os servidores, nenhum possuía o nível de escolaridade alto.

Todavia, como apontam alguns estudos do campo das Ciências Políticas a uma diferença considerável entre formação e ocupação da elite política. Ou seja, em alguns estudos como de Lourenço (2011), ao analisar a elite política do Mato Grosso, entre os anos 1945-2007, a pesquisadora observou que um número considerável de indivíduos possuía uma determinada formação, mas estes não a

¹⁸ Para este estudo optamos por colocar as ocupações de origem dos indivíduos eleitos. Alguns destes por já pertencerem a elite política do município por mais de uma legislatura, as suas respectivas fichas de dados encontradas na plataforma SEADE apareciam na categoria ocupação/profissão como “membro do legislativo” ou “membro do executivo”. Desta forma, realizamos uma pesquisa um pouco mais a fundo (buscamos nas eleições anteriores) suas fichas, desta forma buscamos analisar a primeira vez que estes foram eleitos ou se candidataram para conseguirmos encontrar suas ocupações originárias.

exerciam¹⁹. Este caso em específico não corrobora o que encontramos em nossos dados, onde todos os indivíduos analisados trabalhavam nas suas respectivas áreas de formação.

Entretanto, estes atuavam em suas respectivas áreas até o momento de adentrarem no campo político. A entrada destes no poder público, seja a nível executivo ou legislativo - ocupando uma cadeira nestes poderes através das eleições, bem como através de cargos comissionados - tais indivíduos abandonaram suas respectivas áreas de formação e ocupação anteriores e buscaram se manter no Poder Público. Desta forma em algumas das fichas consultadas para a elaboração deste trabalho, tivemos que pesquisar para além de nosso recorte temporal, para conseguirmos as informações que se referiam ao nível de formação e suas ocupações anteriores a iniciação no meio político.

Outro aspecto importante diz respeito ao espectro ideológico predominante entre os vencedores desta casa. Podemos verificar essa questão observando a classificação dos partidos que estiveram representados nos mandatos.

Tabela 7 - Distribuição dos partidos²⁰ nos mandatos entre 2005-2016 por espectro ideológico

Legislaturas	Espectro Político						Total
	Esquerda PSB-PDT-PPS- PPL		Centro PMDB-PSDB		Direita PFL/DEM-PP-PL- PTB		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
2005-2008	1	8,34	5	41,66	6	50	100
2009-2012	3	25	6	50	3	25	100
2013-2016	4	44,44	4	44,44	1	11,12	100
Total	8	24,24	15	45,45	10	30,31	100

Fonte: Dados coletados da plataforma SEADE, tabela organizada pelos autores.

Ao analisar a tabela 7 podemos observar o predomínio do centro e direita em todas as legislaturas, indicando uma possível preferência por candidatos que comungassem com estas ideias e valores. Todavia, os partidos também cumprem outras funções além da formação dos quadros de candidatos. Para Norris, “uma das funções clássicas dos partidos políticos refere-se ao seu papel de indicar candidatos para os postos políticos em todos os níveis de governo” (NORRIS, 2013, p. 11).

Os partidos políticos são atores importantes no processo eleitoral democrático, pois eles devem estabelecer a ponte entre o Estado, a competição e a

¹⁹ Em especial se tratando das análises desta autora, Lourenço (2011) observa que havia um grande montante de indivíduos que compunham a elite política do Mato Grosso, que se formaram em ciências jurídicas, todavia estes ao longo de suas vidas nunca ou pouco atuaram como advogados. Desta forma, como identifica a pesquisadora seu nível de formação não condiz com sua ocupação, pois muitos apenas se graduaram em Direito, e ao longo de suas vidas suas ocupações estiveram ligadas apenas ao campo político, ocupando cadeiras no legislativo ou executivo, a âmbito municipal e estadual. Ver: LOURENÇO (2011).

²⁰ Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS - atual Cidadania), Partido Pátria Livre (PPL, extinto desde 2019), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Progressista (PP), Partido Liberal (PL), Partido da Frente Liberal (PFL - atual Democratas (DEM)), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

participação da sociedade civil no jogo eleitoral. Mesmo que eles realizem a primeira seleção, é fundamental que ela respeite os interesses dos grupos representados na ideologia com a qual o partido se identifique, torne legais e legítimas a disputa pelo poder público e a possibilidade de representação dos vários grupos de interesse presentes na sociedade civil. Além disso, ao possibilitar a renovação da elite política, os partidos têm a condição de manter sua legitimidade com a incorporação de novos atores sociais - que surjam no cenário das lutas sociais e políticas em seus quadros -, não perdendo, assim, o elo com suas bases eleitorais.

Em síntese, neste tópico, buscamos realizar uma análise sobre alguns dos atributos aperfeiçoados desta elite política entre as legislaturas de 2005-2016. Analisamos três variáveis que consideramos importantes para traçarmos o perfil desta elite, como o estado civil, o nível de escolaridade e por fim, mas não menos importante as ocupações destes indivíduos.

De uma maneira geral, o perfil desta elite, a partir de uma análise destes atributos, foi de indivíduos casados (93,93%), com um nível de escolaridade alta (63,63%) e que mesmo as ocupações desta elite sendo variadas, pouco mais da metade destes indivíduos que ocuparam as cadeiras do poder legislativo possuíam uma formação em nível superior concluída (50%) e atuaram ou atuavam em suas respectivas áreas de formação.

Considerações finais

Em linhas gerais a presente investigação buscou realizar uma breve análise sobre alguns atributos dos indivíduos que ocuparam as cadeiras da Câmara Municipal de Orlândia entre as legislaturas de 2005-2016. Para isto estudamos os atributos *adstritos* como gênero, idade e naturalidade e os atributos *aperfeiçoados* ou *adquiridos*, como estado o civil, nível de escolaridade e a ocupação de tal elite.

Para realização deste estudo empírico realizamos a coleta de dados em algumas plataformas *online*, como a SEADE e IBGE, além dos *sites* oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal de Orlândia. Todos os dados utilizados nesse trabalho foram coletados e quantificados pelos autores do presente texto e encontram-se disponíveis nas plataformas ou sites *online*.

Em nossa busca por traçar o perfil desta elite política, nos deparemos com questões que de um modo geral fogem a realidade social deste município, como por exemplo a discrepância entre o número de mulheres eleitas, assim como as questões do nível de escolaridade. Estas questões evidenciam a falta de representação no contexto político.

De modo geral, ao analisarmos e mensurarmos os dados sobre esta elite política, observamos que ao longo das legislaturas estudadas (2005-2016), a elite parlamentar do município de Orlândia esteve composta em sua maioria por homens (91%), casados (93.93%), naturais da cidade (60,5%), com uma faixa etária entre 36-55 anos (57,75%) e com um alto nível de escolaridade (63,63%).

Outro aspecto interessante diz respeito a mudança no número de cadeiras da Câmara e a motivação para esta. Como pudemos observar neste trabalho, houve a

redução de 3 das 12 vagas na legislatura de 2013-2016 (esta mesma distribuição de nove vagas se mantém para a atual legislatura, 2017-2020). A mudança do número de vagas para o poder legislativo no contexto da microrregião foi provocada por diferentes demandas, tanto por determinações judiciais, quanto por pressão da população dos municípios. Todavia, no contexto de Orlandia, a diminuição de vagas do Poder Legislativo não trouxe mudanças substantivas no perfil da elite política, indicando que as preferências dos partidos políticos e dos eleitores mantiveram a tendência de valorização dos mesmos atributos.

Neste breve estudo sobre o perfil da elite política orlandina, não podemos cometer o erro de julgá-la *una* ou *plural* apenas por estes ‘poucos’ dados. Ainda nos faltam alguns atributos mais específicos para optarmos por uma destas correntes de análise (como credo, ideologias, instituições que frequentaram, critérios posicionais, suas respectivas capacidades de tomar decisões, etc.). Todavia, o que podemos concluir é que os dados sobre o perfil indicam que essa elite se aproxima de um modelo relativamente homogêneo.

Todavia, o perfil relativamente homogêneo (*uno*) desta elite não nos autoriza a afirmar que a sua atuação nas casas legislativas seja previsível e sem conflito, pois é necessário considerar suas respectivas propostas de projetos, divergências partidárias, etc. Desta forma, mesmo sendo uma elite com um “mesmo perfil”, podem agir de forma diversa representando setores e grupos diferentes da sociedade.

Concluindo, é preciso resgatar a nossa proposta inicial de problematizar a escolha desta elite com base no critério democrático. Nesse sentido, devemos nos perguntar se a elite política orlandina é um “retrato” da sociedade, se ela se aproxima do perfil da sociedade. A resposta é não, o perfil destacado neste estudo indica que ela representa um pequeno grupo de homens, naturais e com alto nível educacional, enquanto a maioria da população é formada por mulheres e um nível de escolaridade inferior. Por fim, o perfil da elite política pode estar ligado de uma maneira mais específica as preferências do recrutamento político por parte dos partidos, que posteriormente é legitimada pela sociedade mesmo que se apresente distanciado dela.

Referências

- ALBERTONI, Ettore A (1990). *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Imago.
- CARVALHO, José Murilo de (2003). *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMPELLO, Tereza. et al (2018). Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 54-66.
- DAHL, Robert (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- DE LUCA, Miguel (2007). Argentina: Instituciones débiles, Economía a los tumbos. Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, *Revista Relações Internacionais*, n. 13.

- FLEISCHER, David V (1981). O pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, v. 24, n. 1, p. 49-75.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Orlândia-São Paulo*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/orlandia/panorama>. Acesso em: 20 de out. 2020.
- KELLER, Suzanne (1971). *O destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense.
- LOURENÇO, Alexandra (2011). *O recrutamento das elites políticas no Brasil: o caso do Mato Grosso, 1945-2007*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Lisboa: Universidade Nova Lisboa.
- LOURENÇO, Alexandra (2019). As eleições para a câmara de vereadores de Irati em 2004, 2008 e 2012: uma análise sociológica das relações de gênero. In: BEGA, M. T.; PESSOA, K. *Desenvolvimento e Justiça Social: perspectivas da sociologia no século XXI*. 1ª Ed, Jundiaí: Paco Editorial, p. 249-272.
- LOVE, Joseph L (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MILIBAND, Ralph (1970). The capitalist state: Reply o Poulantzas. *New Left Review*, n. 59, p. 53-60.
- NORRIS, Pippa (2013). Recrutamento Político. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32.
- PEREIRA, Bruno César; LOURENÇO, Alexandra (2018). "Não vejo eles como diferentes, só não vejo aqui como o lugar deles": Análise do poder simbólico presente nas relações sociais entre estabelecidos e outsiders em Orlândia-SP. *Cidades, Comunidades e Territórios (Portugal)*, v. 36, p. 56-67.
- PEREIRA, Bruno César (2020). Periferia, migração e cotidiano: notas acerca da inserção de migrantes nordestinos em um pequeno município paulista (1990-2010). *Revista História UEG*, v. 09, n.01, p. 01-10.
- PEREIRA, Bruno César; SCHÖRNER, Anecelmo (2020). O que é ser "piauí"? A representação dos migrantes nordestinos em um município paulista (1980-2020). *Boletim Historiar*, v. 07, n. 02, p. 73-94.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; COSTA, Luiz Domingos (2007). O perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002). In: PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba-PR: Editora UFPR, p. 69-91.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff (2007). *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba-PR: Editora UFPR.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff (2009). *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: IBPEX.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano (2008). Elites Políticas: por um retorno à Sociologia das Elites. *Revista Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 7-15.

- PERISSINOTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila (2009). Origem social dos parlamentares (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. *Sociologia*, n. 22, p. 280-313.
- POULANTZAS, Nicos (1982). O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (org.). *Ideologia na Ciência Social*. São Paulo: Paz e Terra.
- SEADE, *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo*. Portal de Estatística do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 20 de out./2020.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes (2005). Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Agrária*, n. 02, p. 2-39.
- THERBORN, Göran (1989). *¿Como domina la classe dominante?* Ciudad de México: Siglo XXI.
- VAZ, Camila (2017). “Candidatas-Laranjas”: a falácia da inclusão de mulheres na política brasileira. *JUSBRASIL*, 2017. Disponível em: <https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/437619026/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira>. Acesso em: 20 de out. 2020.



Recebido em janeiro de 2020

Aceito para publicação em fevereiro de 2021